

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE NOVEMBRO**

ATA Nº 5/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 5/2016**

1. Aos dezanove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Vendas Novas, teve lugar a Sessão Ordinária de novembro da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 16 horas e 10 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira (1.ª Secretária), Hugo Miguel Seródio Mendes (2.º Secretário), Ricardo João Dias Mateus, Cátia Alexandra de Sousa Silva, Sophie Veiga Fontes, Ana Rita de Oliveira Lança, Rui Manuel Sobral, Helena Luísa Campos L. Candeias, Paulo Jorge Piteira Campino, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, Ana Sofia Gaspar Azenha, José Manuel Batista Leitão, Ana Teresa Pires Caetano, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, Orlando António Neves Dias, José Manuel Fernandes, Maria do Carmo Serrudo Mareco Marques, Renato Manuel Neves Ropio, (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro, Joaquim Manuel Marques Soeiro, Sílvia Leonor Seatra dos Santos e Paulo Alexandre Valentim Caçoilas e o Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e deu início ao período antes da ordem do dia, colocando à apreciação o **Projeto de Ata n.º 4/2016**, referente à sessão realizada no dia 30 de setembro de 2016.
6. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado de imediato à votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 20 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Sophie Fontes, Ana Rita Lança e Maria João Luz), o **Projeto de Ata n.º 4/2016**, referente à sessão realizada no dia 30 de setembro de 2016.
7. O **Membro Luís Matias** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Moção “Programa de Estágios Remunerados para Jovens Vendasnovences: Investir na Juventude III”**. (Anexo 11/16)
8. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada do PSD.
9. Foi **aprovada**, por **maioria**, com 2 votos a favor (PSD) e 21 abstenções (12 do PS e 9 da CDU), a **Moção “Programa de Estágios Remunerados para Jovens Vendasnovences: Investir na Juventude III”**. (Anexo 11/16)
10. De seguida, o **Membro Luís Matias** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a **Moção “Um Município dos Jovens”**. (Anexo 12/16)
11. O **Membro Ricardo Mateus** saúda todos os presentes e informa que, após a análise da presente Moção, a Bancada do PS considera que as propostas da Bancada do PSD são realmente de louvar.

12. No entanto, afirma que grande parte dessas propostas já estão a ser implementadas pelo executivo municipal, nomeadamente a primeira proposta que é o apoio e incentivo à atração de empresas, uma vez que já existe o Viveiro de Empresas, que tem como objetivo, atrair empresas para o nosso Concelho.
13. Também já existe o projeto “Nascer Cá” e pela informação que tem, irá ser dada continuidade ao mesmo, sendo estes apenas dois dos exemplos de duas das propostas referidas no documento apresentado.
14. Além do mais, parece-lhe que se o objetivo for a integração dessas propostas no orçamento do próximo ano, tendo em conta que é esta Assembleia que irá aprovar o orçamento, já deveria ter sido apresentado.
15. Mas parece-lhe que todas as propostas agora apresentadas, já fazem parte deste orçamento e vão ser implementadas e grande parte delas até já estão implementadas pelo Município.
16. O **Membro Luís Matias** esclarece que a Moção não tem como objetivo apresentar propostas que não estejam presentes em sede de orçamento, pretendendo apenas reforçar que esta Assembleia está ao lado do executivo na implementação de propostas aqui defendidas e pede um reforço das mesmas em sede de políticas de apoio à juventude.
17. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada do PSD.
18. Foi **rejeitada**, por maioria, com 2 votos a favor (PSD), 12 abstenções (PS) e 9 votos contra (CDU) a **Moção “Um Município dos Jovens”**. (Anexo 12/16)
19. O **Membro José Leitão** informa que a Bancada da CDU votou contra a Moção por duas razões, uma primeira teve a ver com o grande contributo que o Governo PSD/CDS deu à emigração de jovens e conseqüentemente ao estado em que nos encontramos, facto que não é referido na Moção apresentada e que deveria ser referido e, em segundo lugar, é referido que desde 2013 é que tem havido uma política no sentido de fixação de jovens, quando todos sabem que anteriormente essa política foi levada a cabo, nomeadamente com a criação do Parque Industrial e as respetivas empresas, tendo sido estes os motivos que levaram a Bancada da CDU a votar contra a Moção apresentada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO IRS

20. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
21. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias**, saúda todos os presentes e pede autorização para fazer a introdução do 1.º, 2.º e 3.º pontos, ainda que as respetivas votações sejam posteriormente feitas de forma separada.
22. No que diz respeito ao IRS, refere que a proposta da Câmara Municipal, que foi aprovada por unanimidade, é a da fixação e manutenção da taxa dos 5 %, não havendo aqui uma alteração face aos anos anteriores, assim como no caso da derrama, em que não há aumento e também se irá manter a taxa de 1,5 %.
23. Relativamente ao IMI prevê-se uma redução na receita arrecadada por via da alteração da forma de aplicação do IMI familiar.
24. Quanto à taxa, a mesma mantém-se face aos anos anteriores, tendo em conta a redução aprovada no 1.º ano de mandato.
25. Para se ter noção, informa que a aplicação deste IMI familiar representa uma redução de receita para a Câmara Municipal, uma devolução de dinheiro às famílias vendasnovences, de 30.000 euros, enquanto que no ano

passado apenas representava 12.000 euros, apoiando-se cada vez mais as famílias, nomeadamente as famílias numerosas, e essa tem sido no fundo uma política que a Câmara Municipal tem vindo a seguir ao longo deste mandato autárquico.

26. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, aprovar a **proposta de fixar em 5 % a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.**

2.º Ponto – DERRAMA A LANÇAR, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC

27. Tendo em conta que o Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do 2.º Ponto em conjunto com o 1.º Ponto, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto e não havendo intervenções coloca o mesmo de imediato à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar a proposta de Derrama (1,5 %) a lançar sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).**

3.º Ponto – TAXAS A FIXAR NO ÂMBITO DO ARTIGO 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

28. Tal como aconteceu com o ponto anterior, também o 3.º Ponto foi apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal, em conjunto com o 1.º Ponto e assim sendo, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca o mesmo à discussão e não havendo intervenções, coloca-o de imediato à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar a proposta de fixar, em 0,34 % a taxa a aplicar a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e, de acordo com o artigo 112.º-A do CIMI, fixar uma redução da taxa de IMI, consubstanciada nas deduções fixas de 20 €, 40 € e 70 €, para habitações próprias e permanentes de agregados familiares, respetivamente com 1, 2 e 3 ou mais dependentes.**

4.º Ponto - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017

- **Orçamento 2017**
 - **Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**
29. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a respetiva introdução.
30. Em relação às Grandes Opções do Plano para o ano 2017, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que a Câmara Municipal tem a apresentar um quadro resumo daqueles que foram os pilares basilares que o executivo seguiu para a elaboração dos documentos, tratando-se no fundo da contextualização que os move a apresentar os documentos tal como estão e também a estratégia que tem vindo a ser seguida desde o início do mandato e que se encontra claramente espelhada nos Documentos Previsionais para o próximo ano.
31. Afirma que a estratégia que o presente executivo tem vindo a seguir, já com 3 orçamentos aprovados com base na mesma, tem a ver com, numa primeira instância, reduzir as dívidas que a Câmara Municipal tinha e foi essa a preocupação do primeiro orçamento apresentado e aprovado.
32. Num segundo ano, foi a consolidação das contas da Câmara Municipal de forma a que fosse possível o executivo olhar para o futuro de forma diferente.
33. O terceiro, que foi o orçamento do ano passado, numa ótica de preparação de investimentos, com a previsão que o executivo tinha da abertura do Quadro Comunitário e uma série de investimentos que renovavam a ambição de fazer mais em Vendas Novas, alguns deles já concretizados durante o ano.
34. Agora o executivo chegou ao ponto em que apresenta aquele que será o último orçamento, plano de investimentos e plano de atividades do presente mandato, com uma ótica clara de investimento.

35. Ou seja, refere que a estratégia que o executivo seguiu foi de, depois de “arrumar a casa”, conseguir projetar, no futuro do Concelho de Vendas Novas, uma visão mais ambiciosa, com cada vez mais preocupações sociais e em que o investimento se faz para aumentar a qualidade de vida das pessoas e para atração de investimentos, aproveitando para dar a notícia de que está registada a marca Startup Alentejo, que será uma marca de Vendas Novas, a marca do nosso Viveiro de Empresas, informando que neste momento já há empresas a querer fazer a sua sediação em Vendas Novas, a qualquer momento, teremos novas empresas no nosso Viveiro de Empresas e portanto essa tem sido também uma estratégia.
36. Informa que outro pilar e eixo fundamental tem sido assumir os compromissos com as pessoas, no que diz respeito ao orçamento participativo, nomeadamente, tudo aquilo que são projetos de abertura à participação das populações, o executivo tem tentado e tem vindo a implementar os projetos, inscrevendo-os em orçamento e levando-os a cabo.
37. Refere que no total, o orçamento da Câmara Municipal para o próximo ano é também o mais alto do quadriénio, 9,7 milhões de euros, cerca de 800 mil euros a mais do que o orçamento do ano anterior, informando que a justificação tem a ver com o aumento das receitas por via da aprovação dos projetos já candidatados a fundos comunitários, no caso, a candidatura da requalificação do antigo mercado, que permitiu ao executivo aumentar o orçamento em mais de 600.000 euros e também nas receitas correntes, com o aumento de mais 100.000 euros, por via de transferência do orçamento de Estado, que é também, no quadriénio, o maior aumento das transferências do orçamento de Estado para o Município, sem que, no entanto, seja ainda cumprida a Lei das Finanças Locais, que daria uma tranche mais elevada para o Município de Vendas Novas.
38. Em relação ao orçamento e às preocupações que o executivo tem com a manutenção do equilíbrio e da estabilidade financeira, informa que há uma poupança corrente prevista de 500.000 euros, que no fundo é a margem do executivo para cumprir a regra do equilíbrio orçamental.
39. Analisando de um ponto de vista mais específico, no que diz respeito às receitas, sublinha que nas de capital existe um aumento de 6 % face ao orçamento do ano anterior, que é justificado com o quadro comunitário e com a aprovação de projetos do mesmo, nas despesas correntes verifica-se um aumento de 105.000 euros das transferências do orçamento de Estado e, um aumento previsto de 50.000 euros de IMI, calculado com base na média de receita deste imposto dos últimos 24 meses.
40. Em termos de receitas, as diminuições, para além do IMI, também há uma diminuição prevista na arrecadação de receitas com a venda de água, tendo esta questão sido tema durante muitas sessões da Assembleia, por causa da alteração de tarifário que foi feita e agora já foi possível apurar os dados dos últimos 12 meses, já com o novo tarifário em vigor e o executivo percebeu que a previsão que tinha do ano passado para este ano vai trazer uma redução desta receita de 50.000 euros, afirmando que os valores em relação à atualização de tarifário, não são assim tão elevados como foi perspetivado por alguns membros da Assembleia Municipal.
41. No que diz respeito às despesas e destacando o que considera mais simbólico e relevante, informa que nos recursos humanos há claramente um aumento do valor face ao orçamento do ano passado, de cerca de 100.000 euros, que em parte são justificáveis com três fatores, com a atualização do salário mínimo, que ainda não se encontra fixado, mas que se prevê que a atualização implementada pelo Governo português seja na ordem de 5%, pois foi esse o seu compromisso e portanto, para jogar pelo seguro, o executivo municipal incorpora este aumento no orçamento do orçamento municipal, o que corresponde a um grande aumento das despesas, uma vez que muitos funcionários da Câmara Municipal recebem um ordenado equivalente ao salário mínimo.
42. Refere que também no subsídio de refeição, já atualizado, com base do que foi a aprovação do orçamento de Estado na generalidade, dá um aumento das despesas previstas com o referido subsídio e depois com a contratação de dois assistentes operacionais, que o executivo tem previsto e de que irá falar mais tarde e portanto dá um aumento de cerca de 100.000 euros em termos de despesas com recursos humanos, que são inteiramente justificáveis.
43. No que diz respeito às transferências para as instituições, informa que também se verifica um aumento de 65.000 euros, face ao ano anterior, que tem a ver com o que o executivo disse sempre que iria fazer que é o crescimento progressivo dos apoios do Município, à medida que a sua tesouraria e a sua saúde financeira fosse

- melhorada e, portanto, para as associações do Concelho há um aumento de mais de 20.000 euros, já inscrito em orçamento, para as Juntas de Freguesia, estão na ordem de trabalhos da presente sessão os contratos interadministrativos que justificam o aumento de 5.000 euros para cada uma das Juntas de Freguesia, face ao ano passado e também consta a inscrição de 35.000 euros referente à comparticipação do Município para a equipa de intervenção permanente da nossa Corporação de Bombeiros, que a qualquer momento poderá vir a ser aprovada.
44. Nas rubricas com edifícios e comparativamente com o ano passado, informa que há um aumento de 750.000 euros, pois como todos sabem está aprovada a candidatura e a decorrer o concurso para a requalificação do antigo mercado e só essa requalificação são quase 700.000 euros, sendo o restante investimento para o parque desportivo com os investimentos que estão previstos e que estão já a ser executados.
 45. Em relação ao PPI e ao PAM e passando para a estratégia de investimento mais em concreto, afirma que o PPI tem mais 600.000 euros que é justificado, como já referiu, pela aprovação dos projetos comunitário e é um PPI que pode vir a aumentar ainda muito mais e que poderá fazer com que o Orçamento passe 9 milhões e 700 mil euros para mais um milhão, caso venham a ser aprovadas as candidaturas que o Município tem inscrito em orçamento e que no futuro venham a ser candidatados ao Quadro Comunitário, por via do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nomeadamente algumas das ruas do Concelho, como a Avenida 25 de Abril, a continuidade da requalificação que já foi feita até ao Parque Desportivo, a requalificação da Rua da Escola Prática de Artilharia e também a requalificação da Avenida Marechal Craveiro Lopes.
 46. Afirma que apenas estes três projetos que referiu, representam quase este milhão de euros a mais e caso os mesmos venham a ser aprovados, darão origem a alterações ao orçamento da Câmara Municipal, fazendo-o aumentar de 9 milhões e 700 mil euros, para quase 11 milhões de euros e aí será então um dos maiores orçamentos dos últimos anos da Câmara Municipal de Vendas Novas e claramente um orçamento virado para o Plano Plurianual de Investimentos, em que se prevê começar obras de fundo dentro das possibilidades de candidaturas ao Quadro Comunitário, que abriu no final do primeiro semestre de 2016.
 47. Destaca ainda o orçamento participativo de 2016, concluída que está a fase de apresentação de propostas e estando os projetos vencedores também todos inscritos no PPI e no PAM, destacando a criação de uma rede de transportes públicos em Vendas Novas, o projeto vencedor desta edição, que já se encontra em fase de estudo e será para implementação no próximo ano.
 48. Na área da Juventude o seu destaque vai para a construção de um parque de desportos radicais, que se encontra inscrito no orçamento do próximo ano, sendo também um dos projetos que ganhou o Orçamento Participativo, sendo esta uma ambição e uma aspiração da juventude do nosso Concelho, há mais de uma década, e que o executivo irá finalmente poder concretizar no próximo ano.
 49. Para terminar, destaca também, uma série de novas atividades que se encontram inscritas nos Documentos Previsionais, ao nível do PAM e que de alguma reforçam e sublinham aquela que tem sido uma estratégia do Município alinhada com aqueles que são os seus parceiros na área social, destacando um novo programa, a criação de um novo Gabinete Municipal de Psicologia, que dará apoio não só às entidades parceiras mas também à nossa população.
 50. Refere que a criação de um programa de estágios para os nossos jovens, foi outro dos projetos vencedores do orçamento participativo, que permitirá que os nossos jovens, sobretudo no período de verão, possam produzir alguns trabalhos pela comunidade em que estão, recebendo uma verba que de alguma forma os ajuda a relançar o ano letivo seguinte com algum dinheiro.
 51. Na parte social destaca a possibilidade de vir a existir um programa chamado "Ativ-idade", destinado aos mais idosos e que promoverá o envelhecimento ativo, tendo esta sido também uma preocupação do atual executivo em parceria com as duas Juntas de Freguesia e com outras entidades.
 52. Também destaca o projeto "Nascer Cá", uma novidade deste ano e que agora ganha forma e se materializa enquanto projeto no plano municipal de atividades da Câmara Municipal.

53. Na área desportiva destaca a criação de um programa municipal de atletismo e caminhada, sendo que esta tem sido uma solicitação de muitos municípios e, no fundo, a Câmara Municipal irá criar um programa que dá a estas pessoas o enquadramento e apoio técnico de suporte a esta prática e isso poderá ajudá-los a fazer desporto com mais condições.
54. Como nota final informa a Presidente da Assembleia Municipal que, em relação às Grandes Opções do Plano para 2017, o documento foi aprovado na Câmara Municipal sem votos contra, tendo inclusivamente sido tecidos alguns comentários muito favoráveis por todos os partidos representados no órgão executivo, ao trabalho desenvolvido pelo executivo PS/PSD, até da própria CDU que acabou por destacar, na discussão do orçamento, a obra que tem vindo a ser possível fazer ao longos destes 3 anos, ao contrário daquelas que eram as expectativas de muitos dos nossos municípios e até mesmo do próprio executivo, que quando chegou se deparou com um cenário financeiro que baixou ao mínimo as suas expectativas.
55. No entanto, hoje, Vendas Novas, o Município e a Câmara Municipal estão melhor preparados para agarrar os desafios do futuro, para dar condições e aumentar a qualidade de vida dos nossos municípios, sendo também um Município com um arcaboço, em termos de gestão, completamente diferente, o que permite ao executivo olhar para o futuro com uma nova ambição e uma nova expectativa de aumento daqueles que são os principais índices culturais, sociais e educativos do nosso Concelho.
56. Afirma que o executivo considera que este é claramente o melhor orçamento do quadriénio e também o melhor PPI e PAM, o que é justificado pela estratégia que o executivo tem vindo a seguir.
57. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes e afirma que quando o Presidente da Câmara Municipal diz que este executivo se tem preocupado com a juventude, a forma como o diz faz pensar que este foi o único executivo que se preocupou com a juventude, porque nesta altura até está a requalificar um campo que é atualmente de futsal, mas quem adquiriu os terrenos para todo o parque desportivo, quem construiu o pavilhão gimnodesportivo, quem construiu as piscinas municipais, quem construiu um campo de futebol relvado e quem construiu uma pista de atletismo em piso sintético, não fez nada para o desenvolvimento da juventude, da maneira como o Presidente disse.
58. Afirma que não está a dizer que a Câmara Municipal não está a fazer nada em prol da juventude, pois a Câmara está lá, tem o dinheiro que é para gastar em coisas no Concelho de Vendas Novas e tem feito as coisas de acordo com as suas opiniões e opções, podendo ele não concordar com algumas.
59. No entanto, a maneira como o Presidente se vem expressar aqui na Assembleia Municipal em relação a estas questões, nomeadamente à requalificação do campo de futebol de 7, parece que foi este executivo que tinha feito todo o parque desportivo, pedindo ao Presidente que seja um pouco mais humilde nesta questão.
60. Relativamente aos documentos que estão a ser tratados, o **Membro José Leitão** passa a ler um documento que refere o seguinte:
61. “No enquadramento global dos documentos, para além da cultura narcísica do mesmo, e referido que em relação ao modo de governar do PS com o apoio da maioria de esquerda, existe uma visão mais ideológica que pragmática ou seja, pode-se concluir que todas as malfeitorias feitas pelo governo do PSD/CDS – cortes de salários, apelo à emigração, aumento da precaridade laboral e do desemprego, aumento do horário do trabalho com a respetiva redução dos mesmos, redução dos apoios sociais, estrangulamento fiscal das micro, pequenas e médias empresas, etc, etc – foram atitudes governativas pragmáticas e que o alívio fiscal realizado atualmente, a redução do horário de trabalho, a redução do IVA na restauração, a fiscalização e redução da precaridade laboral, o emprego com direitos etc são atitudes ideológicas. É caso para dizer então que o acordo feito entre a França e a União Europeia em relação à aldrabice do défice francês ou o muro de Trump a dividir os EUA do México são medidas pragmáticas e nada têm de ideológicas.
62. Afirmar que estamos no contexto nacional e mesmo internacional numa situação de menor impacto negativo na elaboração das presentes GOP's é não querer ver a chantagem a que Portugal tem sido submetido pelos burocratas da União Europeia e restantes instituições neo-liberais. É não perceber que a continuação da estratégia do atual governo de não renegociar a dívida, juros e prazos, contra a opinião de algumas entidades

nacionais e internacionais e a continuada alienação da nossa soberania, acordo CETA, conjugada pelas bolhas especulativas que se observam, é sinal de ilusão, de realidade virtual.

63. Sobre propriamente o orçamento é afirmado que os apoios do Portugal 2020 podem subir a 1.500.000 euros com candidaturas a apresentar pelo município. Porque não estão identificados os projetos a candidatar ao Portugal 2020 nos documentos, o que nos parece incorreto, pois face à afirmação de poder haver apoios até ao montante referido, devia esta Assembleia Municipal ser informada através do Orçamento e das GOP's dos projetos que globalmente perfazem esse valor, pelo que gostaríamos de saber quais são e quais os seus valores.
64. Afirma-se que o orçamento é um orçamento diferente. Um orçamento totalmente virado para o investimento. Quando o analisamos concluímos que as despesas de capital significam 25,3% do mesmo, no orçamento de 2016 significavam 23,2%, pelo que não se percebe a contundência da afirmação. Acresce a este facto que se retirarmos os 500 mil euros do projeto de requalificação do mercado municipal financiado pelo Portugal 2020 o valor absoluto e percentual decresce substancialmente, ficando este último em 21% do total do orçamento ou seja inferior ao ano de 2016.
65. De seguida, afirma-se a hipótese de recorrer finalmente à banca para fazer face a alguns investimentos. Continua a manipulação pois a Câmara Municipal sempre teve capacidade para recorrer à banca conforme o confirma o atual revisor oficial de contas da Câmara Municipal Rosário, Graça & Associados (página 39 do Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Vendas Novas – 2014), pelo que o finalmente é descabido e induz em erro quem ingenuamente leia o Relatório do Orçamento 2017, acreditando que tudo o que lá está escrito é verdade.
66. Consideramos que o orçamento está inflacionado pois a rubrica Outras Receitas de Capital apresenta uma estimativa de 250 mil euros de receita quando em 2013, 2014 e 2015 não apresentaram qualquer receita assim como, em 2016, segundo o documento de Informação à Assembleia Municipal sobre a Atividade Municipal - sessão de 19 de Novembro de 2016 – também não apresentam.
67. Gostaríamos de ser esclarecidos sobre alguns projetos / ações inseridos nas GOP's:
- 1.000 euros é suficiente para concluir o Centro de Convívio da Marconi?
 - Quais os custos previstos para a instalação da Loja do Cidadão?
 - Em que consiste a disponibilização de redes WI-FI? E saber se este é o projeto do Concelho ou se é o projeto a nível distrital.
 - Qual o tipo de apoio ao investimento em estruturas de proteção civil?
 - Qual o objetivo do Gabinete Municipal de Psicologia, qual o pessoal afecto ao mesmo e qual a forma de contratação da psicóloga?
 - Em que consiste a requalificação da entrada nascente de Vendas Novas? É que nas GOP's de 2016 pressupunha um investimento de 100.000 euros e em 2017, de 120.000 e nas GOP's para 2017 só se prevêem 10.000 euros.
 - O que é o Programa Cultural em Rede?
 - Comparando com as GOP's dos anos anteriores constatamos que o programa de eficiência energética nas escolas não consta, devendo este ano ter 200.000 euros e em 2018, 107.000 euros, segundo as GOP's de 2016.
 - A Revisão do PDM apresenta para 2017, 1.000 euros, 50.000 para 2018 e 100.000 para 2019, ou seja gostaria de saber o que irá fazer relativamente ao PDM.
 - Constatamos que nada foi feito em 2016 em relação ao projeto "Bolsa de Estacionamento no Centro Tradicional"
 - Campo de ténis e Padel – Nas GOP's para 2017 encontra-se prevista uma verba de 5.000 euros quando nas GOP's para 2016 só se falava em Campo de ténis e estava previsto este projeto iniciar-se em 2017 sendo a verba de 60.000 euros. Qual a razão desta diferença?
 - Parque de desportos radicais – Nas GOP's para 2017 encontra-se prevista uma verba de 1.500 euros, quando nas GOP's para 2016 estava previsto este projeto iniciar-se em 2017, sendo a verba de 10.000 euros. Qual a razão desta diferença?
 - O ginásio ao ar livre que representa nas GOP's um investimento de 3.000 euros é novamente adiado.
 - Nada foi feito até agora em relação ao projeto de otimização energética do Parque Desportivo Municipal apesar de já constar nas GOP's de 2016 com a verba de 30.500 euros para esse ano e de 50.000 para 2017.

Nas GOP's de 2017 o valor é de 123.000 estando definido 43.000. Esta alteração é sinal que o projeto vai avançar?

O serviço de apoio à piscina municipal de verão, apresentava nas GOP's de 2016 a verba de 15.000 euros. Nas GOP's de 2017, apresenta para 2018, 2019 e 2020, 16.000 euros. No entanto, para o ano 2017 a verba prevista é de 5.000 euros. Qual a razão?

A requalificação da rotunda da entrada poente apresenta nas GOP's de 2017 a verba de 1.000 euros, não apresentado para os anos seguintes qualquer tipo de verba. Qual a obra que se vai realizar?

O projeto que venceu este ano o Orçamento Participativo – Rede de Transportes Públicos – à imagem do de 2015, vai derrapar para 2018. No entanto, as GOP's 2017 têm prevista uma verba global de 20.000 euros dos quais 3.000 estão definidos. Para 2018 ficam os restantes 80.000. Gostaríamos de saber o que se vai executar em 2017?"

68. Como nota de rodapé, afirma que há dias esteve no presente Auditório, onde ouviu a Vice-Presidente dizer que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não tinha custos para a Câmara Municipal, mas afinal no presente dia acaba por ouvir o Presidente dizer que uma das razões pela contratação da psicóloga, é precisamente a necessidade de apoio por parte da referida Comissão e por isso há duas leituras dessa questão.
69. Afirma ainda que tem alguma dúvida sobre o elogio que os Vereadores da CDU possam ter feito na Câmara Municipal e como os referidos Vereadores se encontram presentes na sala, gostaria de os ouvir se o Presidente autorizasse, para que a questão ficasse esclarecida até para efeitos de ata.
70. Por fim, informa que gostou de ouvir o Presidente a dizer que continua a não haver o cumprimento da Lei das Finanças Locais, afirmando que o Presidente está a evoluir e ainda lá chega.
71. O **Presidente da Câmara Municipal** informa o Membro José Filipe Barradas, que pode não ter ouvido o que foi dito.
72. No entanto, em nenhum momento da sua intervenção foi posto em causa o trabalho dos outros, o qual já foi avaliado há 3 anos e agora a sua preocupação é aquilo que o atual executivo está a fazer e o que cá deixa como legado, afirmando que se o referido Membro continua a ouvir mal, é porque lhe dá jeito ouvir mal.
73. Pergunta o que é que cá tinha estado a fazer, se em 37 anos a CDU não tivesse feito esses projetos, e se o Membro questiona a política de juventude da Câmara Municipal é porque nem sequer anda atento ao que anda a ser feito, elencando alguns dos projetos que o atual executivo fez em apenas 3 anos, nomeadamente, as Bolsas de Mérito revistas, uma bolsa para os melhores alunos do Concelho, manuais escolares para todos os alunos do 1.º ciclo, requalificação de escolas, que não era feita há décadas, criação de cantinas escolares em todos os estabelecimentos de ensino, voltou a ter-se cinema em Vendas Novas, quase todos os fins de semana há programação cultural em Vendas Novas, para tentar fixar os jovens do Concelho, também nas Festas do Concelho há um dia dedicado exclusivamente a eles, algo que nunca aconteceu neste Concelho.
74. Outro dos projetos é o Viveiro de Empresas, já referido na presente sessão, informando que as empresas que têm procurado o Viveiro são sobretudo jovens, alguns vendasnovenses que querem lançar-se criando o próprio emprego e investindo no Concelho em que nasceram, sendo esse o objetivo do referido Viveiro.
75. Afirma que também foi feita muita coisa ao nível do emprego, tendo já sido criados vários empregos nestes 3 anos, também por via da ação indireta da Câmara Municipal, atraindo investimentos para o nosso Concelho, referindo que o Parque Industrial foi criado por um executivo anterior, mas o problema do mesmo também o foi, afirmando que quem resolveu o referido problema foi o atual executivo, que também está a criar novos e mais empregos para os jovens do Concelho.
76. Ao nível do desporto refere que já muito foi dito, mas muito ficou por dizer, afirmando que o atual executivo criou um festival da juventude, o Garden Music Festival, agora o MAL, ambos para os jovens, para que estes também tenham momentos dedicados a eles, em que podem estar em Vendas Novas e divertir-se.
77. Para concluir e porque nestes 3 anos o executivo não poderia ter feito muito mais, até por falta de tempo, informa que o atual executivo criou também o Conselho Municipal de Juventude, que deu voz aos jovens do nosso

Concelho, algo que a juventude de Vendas Novas ambicionava há muito anos e este Conselho é ouvido para que as medidas que estão a ser tomadas sejam implementadas para a juventude e por eles.

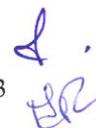
78. Afirma que foram apenas 3 anos e a juventude do nosso Concelho tem hoje um paradigma diferente, sendo óbvio que se a CDU em 37 não tivesse feito nada, ainda por cima com os Quadros Comunitários que teve, que pagavam tudo, se não tivessem feito o trabalho que fizeram, o que teriam andado então a fazer, mas afirma que esse escrutínio já foi feito e foi há 3 anos.
79. Pede ao Membro José Filipe Barradas para ouvir aquilo que é dito e não interpretar mal as palavras dos outros, porque faz isso em todas as Assembleias, sabendo que lhe dá jeito fazê-lo para mandar a sua mensagem, mas afirma que todos os presentes são pessoas inteligentes e não precisam de tentar ser manobrados.
80. Em relação à intervenção do Membro José Leitão e ao facto de ter dito que, em relação ao Portugal 2020 não estão identificados os projetos, afirma que tem pena de ter ouvido isso, pois foi aprovado nesta Assembleia o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, onde estão todos os projetos a candidatar a Fundos Comunitários, que esteve presente há umas sessões atrás, tratando-se de um documento estratégico para o futuro do Concelho e se o referido Membro, olhando para o PPI não consegue identificar os projetos que estavam no PEDU, não sabe o que mais poderá fazer, pois os projetos estão no PEDU com a calendarização prevista e com os valores, pelo que em relação ao Portugal 2020 recomenda a leitura do referido documento.
81. Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos e ao aumento de 6 % nas despesas com capital, afirma que justificou essa questão na sua introdução, com a arrecadação de receitas previstas por via dos Fundos Comunitários, referindo que neste momento uma candidatura já está aprovada, que é a requalificação do antigo mercado.
82. Refere que Membro José Leitão fala de muitos projetos que têm valores pequenos, mas esquece-se que há um saldo a transitar, que será introduzido em abril na Revisão ao Orçamento como sempre foi feito e é o que reforçará a maior parte dos projetos, pois neste momento em tesouraria existe 1 milhão de euros, afirmando que a Câmara Municipal tem agora uma saúde financeira que não tinha há uns anos, pois quando o atual executivo chegou à Câmara Municipal deparou-se com saldos de tesouraria de 50.000 euros e neste momento é 1 milhão, do qual transitará uma parte, o que é muito dinheiro para transitar e para reforçar esses projetos que o referido Membro mencionou e que têm valores mais pequenos.
83. Informa que foi essa a estratégica que o executivo seguiu, colocar valores, alguns até residuais, nomeadamente os do Orçamento Participativo de 1.500 euros, para se poder avançar já com o projeto e para a execução da obra ser lançada depois da Revisão ao Orçamento.
84. Em relação ao inflacionamento do orçamento, que o referido Membro falou, os 50.000 euros de aumento face ao ano passado nas "Outras Despesas de Capital", informa que este é um reforço que está justificado nas GOP's e que será apenas utilizado na medida em que a execução ultrapasse os 100 % da venda terrenos e também por via do reforço do saldo transitado.
85. Refere que este executivo não pode ser acusado de inflacionar o orçamento, porque tem tido orçamentos "à pele", que são realista e que contam com as receitas que realmente o Município tem, que é a maneira de se controlar esta questão, afirmando que inflacionar o orçamento é colocar 1 milhão em vendas de terrenos e não vender um único terreno, como chegou a acontecer ou contar com 2 milhões e gastá-los, sabendo que o Município não os tinha, garantindo que isso não será feito pelo atual executivo.
86. Falando dos projetos, refere que, em relação aos 1.000 euros do Centro de Convívio da Marconi não falta fazer muita coisa para se terminar, mas o valor do Orçamento participativo é 10.000 euros, sendo reforçado com saldo transitado.
87. Informa que a Loja do Cidadão está neste momento a ser negociada com o Governo Português, que criará e transportará para um único espaço todos os serviços públicos existentes, com a manutenção dos existentes e com a criação de novos serviços que não existem em Vendas Novas neste momento, afirmando o que efetivamente está em cima da mesa é a criação de novos serviços públicos, o reforço da presença do Estado no território, pois é isso que preocupa o executivo e é isso que tentará fazer caso o projeto venha a ser aprovado

pelo Governo Português e caso a Câmara Municipal tenha verba para fazer as obras necessárias para a requalificação, que é a parte que cabe às Câmaras Municipais.

88. Neste momento, o executivo inscreveu uma verba em orçamento, para ter em aberto a referida possibilidade, mas está a trabalhar com o Governo Português para perceber que obras têm de ser feitas, quanto podem custar e se tem ou não dinheiro para o fazer, sendo esta uma decisão que não está tomada mas que se não estivesse em orçamento, depois não poderia ser reforçado para fazer as ditas obras.
89. Relativamente às Redes Wifi informa que, para já, é um projeto municipal, mas com a possibilidade de candidatura a Fundos Comunitários, porque está prevista a abertura, nesta área, para os centros tradicionais, centros urbanos, os centros históricos, a criação em sítios de maior afluência dos cidadãos, existindo a possibilidade de ser financiado com fundos comunitários a criação de redes Wifi em vários pontos do Concelho.
90. Informa que neste momento está em curso a instalação no Jardim Municipal, de um hotspot que dará cobertura praticamente a toda a zona do referido jardim, tal como aconteceu nas Festas do Concelho, em que toda a vila tinha rede wifi disponível, aberta e gratuita para qualquer cidadão, sendo um projeto que o executivo tem vindo a implementar com o tempo, que será consolidado e que terá outro tipo de equipamentos mais modernos e mais profissionais, caso a candidatura venha a estar disponível para esse efeito.
91. Em relação às estruturas de Proteção Civil, fala-se obviamente do Quartel dos Bombeiros Voluntários, referindo que o executivo trouxe à aprovação da última reunião de Câmara, o documento que diz como é que serão pagos os 15 % à nossa Associação Humanitária, que pensa que já foi aprovado pela respetiva direção e que irá agora à Assembleia Geral dos Bombeiros e logo que seja adjudicada a elaboração do projeto técnico, a Câmara Municipal transferirá os 15 %, para que a referida Associação não perca tempo e possa avançar com o lançamento concursal para a construção deste novo quartel.
92. Informa que o executivo também está à espera, a qualquer momento, da aprovação da candidatura que foi feita pela Associação Humanitária, para depois transferir este dinheiro, afirmando que é o que justifica esta presença no orçamento.
93. Relativamente ao Gabinete Municipal de Psicologia, e aproveita para pegar na CPCJ, refere que o Membro José Leitão afirmou que a Vice-Presidente disse numa sessão que a CPCJ não tinha custos para a Câmara Municipal, informando que na sua orgânica, a CPCJ representa duas coisas para a Câmara Municipal, uma receita e uma despesa.
94. Informa que o Município recebe uma verba para o funcionamento da comissão, que paga as despesas correntes da referida comissão, alocando a Câmara Municipal, do seu quadro de pessoal, o apoio administrativo ao funcionamento da mesma e portanto há um pagamento que é feito para as despesas que são executadas, sendo isso que está em causa.
95. Contudo, o Gabinete Municipal de Psicologia que vai ser criado é muito mais do que isso.
96. Afirma que o Gabinete Municipal de Psicologia é uma tentativa fundamentada e trabalhada em rede, nomeadamente na rede social, de dar uma nova resposta aos vendasnovenses e às instituições do nosso Concelho, que neste momento não existe, da qual qualquer instituição da rede sente necessidade, referindo que a Câmara Municipal não volta as costas a uma necessidade da sua população e portanto cria a possibilidade de ter um Gabinete Municipal de Psicologia, que não funcionará a tempo inteiro, terá marcações e encaminhamentos da rede para esse Gabinete, funcionará todos os dias da semana durante 2/3 horas, terá um regulamento próprio, que será aprovado na reunião de Câmara e que também funcionará, em casos de cenários de emergência ou de catástrofes, porque nesse momento se sentirá a falta desse gabinete e mais vale tê-lo criado.
97. Refere que este Gabinete Municipal de Psicologia é um projeto que já foi inclusivamente apresentado ao Conselho Municipal de Segurança, "colhendo os louros" de todas as instituições que dele fazem parte, porque de facto era uma carência sentida, até da parte de quem trabalha a segurança e a emergência.

98. Em relação à entrada nascente, informa que o projeto já foi candidatado a semana passada a Fundos Comunitários e com esta requalificação, que vai desde a Câmara Municipal até à rotunda onde se encontrava a fonte cibernética que já não funcionava.
99. Na área da rotunda será criado um monumento à artilharia, para homenagear os artilheiros e a artilharia enquanto peça do nosso ADN civilizacional.
100. Irá ser requalificada a iluminação pública junto à urbanização de S. João de Deus, junto à Casa do Benfica, porque é neste momento uma das zonas com mais défice de iluminação pública e já com tecnologia de ponta de LED, irá ser feita a requalificação paisagística de jardins e canteiros até quase à Câmara Municipal.
101. Refere que todos estes trabalhos não são muito complexos e feito o projeto, este ficou muito aquém do que o executivo tinha pensado, já tendo sido candidatado, já foi lançada a empreitada, já está identificada a empresa para fazer o projeto, estando a decorrer o período de audiência de interessados e muito em breve será adjudicada a empreitada e as obras irão começar até ao final do ano porque caso o Município venha a concretizar, quer física, quer financeiramente esta obra, o Município poderá vir a receber mais 400.000 euros do PEDU, porque recentemente o Governo Português anunciou que quem executar pelo menos um projeto em 15 %, até ao final do corrente ano, recebe o reforço de 10 % do seu quadro.
102. Ou seja, está a falar-se de 400.000 euros, o que é muito dinheiro e portanto o executivo avançou com a candidatura, estando a aguardar a sua aprovação pela CCDR, havendo a informação que muito em breve esta estará aprovada, informando que a própria CCDR tem interesse em aprovar essa candidatura para concretizar mais dinheiro para o Alentejo, pelo que a qualquer momento serão iniciadas as obras de requalificação da entrada nascente.
103. Informa que o Programa Cultural em Rede é um programa da CIMAC, para todos os Municípios da mesma, candidatado no Pacto de Desenvolvimento Territorial, e que para o próximo ano concretiza 3 grandes eventos no Concelho, com o objetivo de atração de turismo.
104. Refere que é um programa candidatado a 3 anos, que vai permitir realizar momentos culturais que ainda não existam nos Concelhos, ou seja, não financia as Festas do Concelho, a Corrida da Cidade, pois têm de ser novos eventos e este programa visa criar momentos culturais que atraiam turistas e novos públicos aos Concelhos e ao Alentejo e que contribuam para o desenvolvimento turístico da região.
105. Informa a Assembleia Municipal que o executivo no próximo ano está a prever um momento cultural, com o intitulado “Fado do Alentejo”, está também a prever um momento ligado à cidade, em Maio e outro em Abril para as Comemorações do 25 de Abril, tratando-se de momentos culturais que serão alavancados financeiramente por Fundos Comunitários e que só existiram porque não comprometem a estratégia de consolidação orçamental da Câmara Municipal.
106. Em relação à eficiência energética das escolas e a razão pela qual a mesma não consta do novo orçamento, informa que não consta porque não é possível candidatá-la porque as escolas já foram requalificadas e não é possível duplicar investimentos com Fundos Comunitários no mesmo espaço, ou seja, se a Câmara Municipal candidata a requalificação das escolas, não pode candidatar, no mesmo espaço, a eficiência energética, que foi transferida para o Parque Desportivo.
107. Relativamente ao Parque Desportivo, do qual já foi feita a candidatura a um aviso nacional de eficiência energética para a requalificação energética, no caso das piscinas municipais, construindo uma caldeira nova, que reduzirá, ao mínimo os consumos de gás, tratando-se não só de eficiência energética mas também financeira.
108. Refere que, no “bolo” da CIMAC, a Câmara Municipal poderá requalificar depois a parte energética do pavilhão e do estádio, que neste momento ficaram de fora, tendo avançado só as piscinas porque são o principal centro de custos de gastos energéticos do Parque Desportivo.
109. Em relação ao PDM, cuja revisão envolve valores muito altos, de mais de 100.000 euros ou até 200.000 euros, pois foi o valor gasto por muitos Municípios que começaram agora e portanto tendo um plano assente nos Fundos Comunitários, no próximo ano o executivo pretende lançar o procedimento para a concretização da

- revisão do PDM, o que quer dizer que no decurso do próximo ano será feito o trabalho técnico interno da Câmara Municipal para que possa ser lançado o caderno de encargos a concurso, para escolher a empresa que vai fazer a revisão do PDM e também iniciar os trabalhos, daí estar uma verba inscrita, mas que depois será também catapultado para a continuidade dos anos seguintes, porque se trata de um processo moroso, que não é feito num ano, pelo que terá de ser espartilhada no tempo, para dar tempo de ser feita uma revisão como deve ser.
110. No que diz respeito à bolsa de estacionamento no centro tradicional, este é também um projeto inscrito este ano e para o próximo, informa que está neste momento a ser desenvolvido na Câmara Municipal o projeto técnico.
 111. No entanto, existem especialidades que não será possível que sejam feitas na Câmara Municipal e irão ser dadas a fazer fora dos serviços, pelo que no próximo ano será concluído o projeto, irá ser candidatado a Fundos Comunitários e será concretizada a obra, estando a falar-se da antiga sede do Estrela Futebol Clube, que será um parque de estacionamento público, no “coração” da nossa cidade, que tanta falta faz hoje em dia.
 112. Relativamente ao ténis e ao paddel, informa que está prevista verba, apesar de já estar a ser feito, porque poderá transitar uma fatura e é necessário que haja verba para o ano, para pagar o que falta, referindo que a mudança de nome foi feita pela Assembleia, porque na última revisão que veio à Assembleia vinha a mudança do nome deste projeto, que passou de “ténis”, para “ténis e paddel”, porque são os dois desportos de raquete que neste momento são mais praticados no nosso país, a par do ténis de mesa.
 113. Em relação ao parque de desportos radicais, já explicou, será feito um reforço orçamental, estando neste momento uma verba necessária para fazer projeto e a seguir para fazer a obra, que não custará os 10.000 euros e sim mais, porque para fazer, o executivo pretende fazer bem e uma coisa da qual os jovens de Vendas Novas se possam orgulhar e que usem e que não seja mais um equipamento para existir e sim para utilizar.
 114. Quanto às piscinas de verão, refere que é a mesma questão, reforçando-se o orçamento, pois é só no verão, depois de abril.
 115. Na rede de transportes públicos, informa que o que está em orçamento não tem o valor total, tem a ver com um projeto inscrito no PEDU e tem apenas os 15 %, da comparticipação da Câmara Municipal desse projeto a candidatar, sendo um projeto que não é para comprar autocarros, mas sim para toda a sinalética da rede, para a elaboração de mapas e a sinalização temporal do percurso do autocarro.
 116. Refere que esse é o projeto que é financiado via PEDU e depois há o projeto que é financiado via orçamento municipal, que mesmo momento está em estudo, pois não se sabe se será despesa corrente ou de capital, porque irá depender do que for feito, porque tudo tem a ver com o que o executivo decidir, do desenho do projeto, sendo que o mais importante é estar o projeto aberto como está.
 117. Em relação à Lei das Finanças Locais, que foi a última observação do Membro José Leitão, afirma que o executivo nunca escondeu que a referida Lei não era cumprida, pois reconhece isso e diz até mais do que isso, coisa que não foi feita pelos anteriores Presidentes, José Figueira, José Filipe ou Teresa Ribeiro, que apenas diziam que não era cumprida.
 118. Afirma que nesse aspeto o atual executivo está e sempre esteve de acordo com qualquer dos partidos desta Assembleia Municipal, porque representa Vendas Novas, referindo que isso sempre foi reconhecido por si e pelo Vereador Joaquim Soeiro, que na altura estavam na Assembleia Municipal, mas considera que o discurso tinha de ir além disso e é isso que está a ser feito aqui, reconhecendo aqueles que são os problemas mas ir além desses problemas, fazendo também uma análise interna, porque os problemas não vêm só de fora e a prova disso é que, quando o executivo chegou, sabia como é que estava financeiramente a Câmara Municipal.
 119. Refere que não só de fora vêm os problemas, sendo óbvio que se a Lei das Finanças Locais fosse cumprida possivelmente os executivos CDU não precisavam colocar 2 milhões de valor na venda de terrenos, uma vez que tinham o necessário do Orçamento de Estado, para fazer face à ambição que tinham de investimento no território, que é positiva, mas tem é de ser pensada, pois afirma que existiram vários projetos feitos na Câmara Municipal nos últimos mandatos que só trouxeram problemas e grandes, nomeadamente as ciclovias, em termos de mobilidade.



120. O **Membro Luís Matias** refere, em primeiro lugar, que o texto diz que as conjunturas políticas nacionais europeias não têm efeito nas dinâmicas locais do executivo, afirmando que é óbvio que não deviam de ter, pois desde o primeiro momento quando o PSD foi convidado para a solução governativa local, colocou Vendas Novas acima de qualquer interesse partidário e pessoal e, portanto, nunca qualquer dessas conjeturas iria ter alguma influência local.
121. Afirma que há já várias Assembleias se tem vindo a falar sempre dos mesmos temas e é indiscutível que este executivo conseguiu produzir muito, com muito pouco, considerando engraçado ouvir dizer, por parte da Bancada da CDU, que os orçamentos são insuflados, quando o primeiro orçamento apresentado pelo atual executivo, foi de 8 milhões, salvo erro, quando o anterior apresentado pelo último executivo da CDU tinha sido por volta de 14 milhões, pelo que afirma que este executivo não tem insuflado orçamentos, tem até feito as contas bem feitas para tudo bater razoavelmente certo.
122. No que toca ao orçamento, refere que nos eixos principais do mesmo, encontram-se presentes, o desenvolvimento sustentável do Concelho, o aumento da mobilidade sustentável e os projetos de eficiência energética, pontos fundamentais que, a seu ver, se bem realizados, até podem colocar o Concelho como líder de políticas de ambiente locais, a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
123. Encontra-se também, a revisão do PDM, aconselhando o executivo que não olhe para o PDM apenas como uma ferramenta de ordenamento do território mas como um plano de desenvolvimento do Concelho, com eixos estratégicos bem definidos.
124. Pergunta se existirá uma integração destes objetivos ambientais presentes no orçamento, com esta revisão do PDM e se se irá avançar com uma revisão capaz e séria, com uma avaliação ambiental estratégica também capaz, que analise estrategicamente o desenvolvimento do Município.
125. Em relação ao cartão do munícipe e aos serviços on-line, propostas que considera muito importantes para a modernização do Concelho, pergunta de que forma irá funcionar o referido cartão e que mais serviços podem ser colocados on-line, para além dos que já se encontram disponíveis na aplicação móvel do Municípios.
126. Por fim, no projeto “Start-up Alentejo”, pergunta se o mesmo está de facto concluído ou não, ou se falta alguma coisa para acontecer porque considera que este é um projeto fundamental, no qual se pedia o reforço destas políticas na juventude, emprego e economia e se o referido projeto está concluído, pergunta quando irá arrancar e em que modos é que irá ser.
127. Em relação à intervenção do Presidente sobre as questões que foram colocadas, o **Membro José Filipe Barradas** afirma que apesar de ser um pouco surdo, ainda ouve suficientemente bem para ouvir as faltas de humildade do Presidente quando usa da palavra muitas das vezes, como por exemplo, quando acaba de dizer que o executivo são pessoas inteligentes, presumindo que não pretendia dizer que os outros não eram inteligentes, afirmando que não lhe fica bem, de maneira alguma essa atuação.
128. Informa que, quando anteriormente falou de algumas coisas relacionadas com a juventude, deixou muitas para trás porque fez referência apenas à parte desportiva.
129. Refere que, quando o Presidente disse que o atual executivo construiu duas pequenas cantinas, esquece-se que o anterior executivo construiu um centro educativo com uma grande cantina e esqueceu-se também de referir aquilo que foi construído em prol da juventude pelos executivos anteriores, nomeadamente, um jardim público, um centro cultural e um parque industrial, que se não tivesse sido construído, muitos dos jovens de Vendas Novas não estariam sequer a trabalhar em Vendas Novas e certamente até teriam emigrado.
130. Relativamente à forma como o Presidente se referiu ao Conselho Municipal da Juventude e à importância que o executivo lhe dá, afirma que não diz que não deve ser dada importância ao referido conselho, mas há alturas que duvida da importância que o atual executivo lhe dá, quando é convocada uma reunião do mesmo e apenas aparece o representante do PCP e mais ninguém, pelo que tem alguma dúvida se de facto há um grande empenho em relação à situação da juventude, via Conselho Municipal da Juventude.

131. Por último, quando o Presidente diz que em 37 anos os executivos da CDU tinham de fazer alguma coisa, refere que de facto é verdade, mas também é verdade que o atual executivo em 3 anos também tinha de fazer alguma coisa, porque se estivessem lá e não fizessem nada, não estariam a fazer nada na Câmara Municipal, afirmando que nunca disse que o atual executivo não fez nada, pois o executivo tem feito aquilo que são as suas opções e o que pensam que devem fazer, de acordo com as suas possibilidades.
132. Refere que muitas das vezes, quando o Presidente fala, parece que tudo foi feito pelo atual executivo e os anteriores executivos não fizeram nada, afirmando que o atual executivo não tem feito muito, mas não nega que tem feito alguma coisa.
133. Em resposta ao Membro José Filipe Barradas, o **Presidente da Câmara Municipal** afirma que a si, enquanto representante deste executivo e desta instituição, Câmara Municipal, compete-lhe apresentar e justificar aquele que é o trabalho que este executivo PS/PSD tem feito ao longo de 3 anos.
134. Não lhe compete, nem sequer avaliar porque isso já o fez, pois foi Membro desta Assembleia durante 2 mandatos e teve oportunidade de escrutinar o trabalho que a CDU fez durante os seus mandatos.
135. Refere que nesta Assembleia Municipal, o Membro José Filipe com as intervenções que faz e por vezes ouvindo mal o que é dito, afirmando que o que disse na sua intervenção anterior é que todos nesta Assembleia eram inteligentes e como pessoas inteligente não são manobradas, nem manipuladas.
136. Para concluir, refere que o Membro José Filipe nesta Assembleia e nesta cidade representará sempre o passado e o atual executivo, felizmente, representará sempre o futuro e é por isso que, em relação à CDU, há reconhecimento do trabalho feito no passado e ao PS e ao PSD tem de haver reconhecimento do trabalho feito, no presente e certamente no futuro.
137. Em relações às questões colocadas pelo Membro Luís Matias e em relação ao Concelho ser líder na eficiência ou na mobilidade, afirma que é quase impossível, pois existem Municípios que há mais de duas décadas investem em matéria de eficiência energética e mesmo de mobilidade.
138. Refere que a maioria dos Municípios só agora é que está a despertar para uma nova consciência, quer ambiental, quer na área da mobilidade ou da eficiência energética, sendo um despontar de consciência nestes Municípios, alguns dos quais com novos executivos, de uma questão que é trabalhada há muitos anos por muitos bons técnicos e só agora, que há financiamentos para isso, é que o atual executivo o pode materializar enquanto investimento.
139. Informa que neste momento todos os Municípios têm dinheiro para fazer investimentos na mobilidade e na eficiência, estando todos, mais ou menos, em pé de igualdade e considera que só que o Município faça esse investimento, isso significa que se está a ter consciência ambiental e a reduzir a pegada ecológica do nosso Município e isso é bom e basta, porque ser líder, muitas vezes, não significa muito, apenas significa que somos melhores que os outros e isto não é o objetivo, apenas se pretende fazer o melhor nestas áreas e isso será certamente feito.
140. Relativamente à questão do PDM, informa que é óbvio que vai haver uma visão muito para além da construção civil ou da possibilidade de uso do solo, irá haver uma consciência ambiental e de equilíbrio, porque é isso que muitas vezes falta aos planos de desenvolvimento municipal, considerando que tem de haver equilíbrio entre tudo e por isso tem de haver um equilíbrio ponderado entre o que é hoje Vendas Novas e o que se prevê que venha a ser no futuro, porque a revisão do PDM é claramente um exercício de definição estratégica, de materialização de visões.
141. Sobre o cartão do Município, informa que arrancará no próximo ano e irá ser uma ferramenta útil e versátil, ou seja, o cartão irá ser lançado de uma forma, o que se prevê é que seja um cartão única e exclusivamente para os vendasnovenses, que lhes dá direitos nos acessos aos serviços públicos, ou seja, dará descontos na piscina municipal, biblioteca municipal e restante parque desportivo e mesmo às taxas municipais e portanto este cartão dará para reduzir as despesas dos cidadãos de Vendas Novas no Concelho de Vendas Novas.
142. Numa segunda fase, o referido cartão vai ter associado um pacote que está a ser negociado e que o executivo ainda não pode assumir como compromisso porque depende de outros, designadamente um pacote de incentivo à compra no comércio tradicional, sendo uma preocupação que o executivo tinha há vários anos e no futuro o

referido cartão poderá ainda ter uma outra vertente, que tem a ver com a incorporação da possibilidade de ter um seguro de saúde dentro do próprio cartão.

143. Informa que se trata de um cartão que é versátil e que numa primeira fase irá arrancar de uma maneira mas que poderá vir a receber novos serviços, ou seja, o referido cartão é evolutivo.
144. Em relação aos serviços on-line, informa que, no âmbito de modernização administrativa que o Município tem implementado, foram lançados recentemente os primeiros serviços on-line do Município, tratando-se de 10 serviços que qualquer cidadão e qualquer instituição, já pode, neste momento, fazer sem papel e sem necessidade de se deslocar à Câmara Municipal
145. Mas o intuito é de crescer, ou seja, o intuito é chegar a um patamar em que, quem não pode ou não precisa de se deslocar aos serviços municipais, possa garantir o acesso ao referido serviço, informando que se está a descomplicar, a desmaterializar e a facilitar a vida aos munícipes, sendo estes os 3 eixos chaves deste programa que está a ser implementado.
146. No que diz respeito ao Viveiro, informa que é a mesma questão, este avançou com uma primeira fase burocrática, a fase regulamentar, a fase de registo e patenteamento da marca, afirmando que muito recentemente o Município conseguiu patentear a marca "Start-up Alentejo", sendo uma marca "apetecível" para qualquer Concelho e nessa questão tratou-se efetivamente de uma competição e o Município tentou ser o primeiro a registar uma marca que é valiosa, pois associa o empreendedorismo à nossa região, assumindo-nos como um fator diferenciador, face às restantes regiões e aos restantes Concelhos que nos envolvem.
147. Portanto, informa que o Viveiro arrancou com essa fase burocrática, irá agora arrancar com os primeiros 3 gabinetes para as primeiras 3 empresas e possivelmente até ao final do ano avançará com mais o espaço de Co-Work, ou seja espaços partilhados em que a empresa é o próprio empresário com o seu computador que estará num espaço partilhado com todos, com serviços partilhados, videoconferência e outros e portanto será um espaço partilhado com todas as empresas que estejam nesse espaço, existindo mais um conjunto de outros gabinetes no arranque do próximo ano.
148. Afirma que, se tudo correr como tem sido a expectativa do executivo, o Viveiro irá ficar muito rapidamente sobrelotado, sendo que a sua capacidade também é limitada, pois é apenas a torre do mercado municipal e depois, a médio e longo prazo, o executivo tem de desenvolver novas estratégias para a sua expansão.
149. O **Membro José Leitão** agradece a resposta do Presidente e refere que a Bancada da CDU tinha solicitado que o Presidente autorizasse os Vereadores da CDU para falarem sobre o tal elogio que o Presidente disse que eles tinham assumido na Câmara Municipal e pode ter-se esquecido, mas caso não veja inconveniente gostaria que lhes fosse permitido pronunciarem-se.
150. O **Presidente** informa o Membro José Leitão que as reuniões da Câmara Municipal são públicas e sendo públicas o Membro poderia ter ido assistir à referida reunião e poderá lê-la em ata, afirmando que fazer essa solicitação é colocar em causa o Vereador e até a si próprio pelo que está a dizer, pelo que o referido Membro vai confiar na sua palavra e vai lê-lo na ata que irá ser produzida dessa reunião, que o Vereador José Figueira acabou por reconhecer que de facto o atual executivo tem feito mais do que aquilo que era expectável numa primeira visão do mandato.
151. Afirma que, indiretamente, há um elogio que é feito de superação de expectativas previsivelmente do referido Vereador e também o atual executivo reconhece que está a fazer muito mais do que pensava que poderia fazer e tal com o Membro José Filipe também acabou por fazer agora, referindo que não é nada de outro mundo, reconhecer que os outros trabalham.
152. É no fundo justo e uma prova de que há bom senso quando se quer e não utilizou isto como um trunfo eleitoral ou para dividir a CDU, apenas o fez numa ótica de reconhecimento, porque de facto o Orçamento foi aprovado sem votos contra, das poucas vezes que isso acontece.
153. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar a proposta de Orçamento para 2017 e a proposta das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**.

5.º Ponto - MAPA DE PESSOAL PARA 2017;

154. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra novamente ao Presidente da Câmara Municipal para que o mesmo fizesse a respetiva introdução.
155. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que já falou um pouco do pessoal, quando fez a introdução às GOP, pelo que não irá perder muito tempo.
156. Informa que o Mapa de Pessoal é o que foi entregue à Assembleia Municipal e tem previstos os lugares já ocupados pelos colaboradores do Município e também os lugares a preencher, afirmando que estão lugares a preencher têm verbas residuais, porque não se prevê que venham a ser preenchidos, mas caso venham a haver mudanças podem ser preenchidos, referindo-se obviamente, a quem exerce cargos de dirigente e que se encontra em mobilidade noutra Município e possa voltar, ou aos dirigentes do Município que deixarem de o ser e passarem, por exemplo ao seu lugar de técnico superior.
157. Refere que para além disso, nos lugares a preencher encontram-se os 2 assistentes operacionais a contratar no próximo ano e mais os que estão previstos no concurso que já está a decorrer.
158. Afirma que o Mapa de Pessoal não evoluiu muito de um ano para outro.
159. No entanto, tem um reforço de pessoal que finalmente já é possível ser feito e no total existem 228 lugares, 206 que estão preenchidos e 22 a preencher, pois nos últimos 4 anos a Câmara Municipal tem perdido muitos trabalhadores e neste momento apenas conta com 206 para trabalhar.
160. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 5.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar o Mapa de Pessoal para 2017**.

6.º Ponto – 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

161. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
162. O **Presidente da Câmara Municipal** passa a palavra à Vereadora Elsa Caeiro, que tem acompanhado este procedimento.
163. A **Vereadora Elsa Caeiro** saúda todos os presentes e informa que esta alteração ao Regulamento decorre da necessidade de o adequar à nova legislação, nomeadamente ao Decreto-Lei 10 de 2015, de 16 de janeiro, e também da necessidade de ir ao encontro das necessidades do nosso comércio local, que fez chegar algumas contribuições à Câmara Municipal.
164. Nesse sentido, a referida alteração foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, esteve em discussão pública durante 30 dias, foram consultadas as entidades que poderiam ter interesses nesta área, ou de defesa do consumidor, findo esse período foi elaborado um relatório onde foram consideradas essas alterações, sendo que a equipa que acompanhou este regulamento considerou algumas delas já se encontravam contempladas no próprio regulamento e foram integradas algumas das alterações propostas.
165. Findo este processo vem agora o referido regulamento para aprovação em Assembleia.
166. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 6.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar a 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Vendas Novas**.

7.º Ponto – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA

167. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
168. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que irá utilizar a mesma metodologia da que tem utilizado em pontos anteriores, abordando em conjunto os contratos inter-administrativos de delegação de competências com as duas Juntas de Freguesia, porque são pontos contíguos, sendo que a Assembleia Municipal se irá debruçar sobre cada um deles individualmente.
169. Em relação aos documentos que todos têm presentes, afirma que decorrem já de uma prática que com a Junta de Freguesia de Landeira já vem de há algum tempo, do início do mandato e com a Junta de Freguesia de Vendas Novas foi novidade no ano anterior e decorrem também de uma avaliação que o executivo conseguiu fazer e que será alvo do relatório de avaliação de final de ano, que no início do próximo ano virá à Assembleia Municipal, tratando-se de uma avaliação de competência a competência, em que se percebe realmente o que pode ser melhorado.
170. Informa que com a Junta de Freguesia de Landeira, há uma alteração de valor para fazer face a investimentos claros que a referida Junta quer fazer, no âmbito das competências que são da Câmara Municipal, mas que no terreno a referida junta fará de forma muito mais eficiente do que a Câmara Municipal.
171. Assim, há um reforço das competências, nomeadamente na manutenção e requalificação do muro da escola primária e do cemitério, que justificam o aumento de verbas, os 5.000 euros que estão previstos no documento, mantendo-se todas as restantes formas de delegação de competências.
172. No caso da Junta de Freguesia de Vendas Novas, refere que foi também feita uma avaliação em conjunto com aquele órgão, em que se percebeu que os gastos, nomeadamente com a manutenção da varredora e o combustível utilizado, ultrapassava o centro de custos que tinha sido utilizado como base de cálculo para a transferência de verba no ano passado, no início do contrato.
173. Refere que com esta análise que foi feita, o executivo percebeu que era necessário reforçar a verba para a referida Junta conseguir dar resposta à manutenção da varredora, bem como ao aumento de custos com o combustível, cujo preço é flutuante, informando que é também proposto um aumento de 5.000 euros na transferência do valor para a referida Junta de Freguesia.
174. Conclui, referindo que no fundo se trata da manutenção da delegação das competências, nomeadamente as ruas, as varreduras, a limpeza de sargetas, todo esse trabalho que é feito e que faz sentido que seja feito pelas Juntas de Freguesia.
175. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 6.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira.**

8.º Ponto – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS

176. Tendo em conta que o Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do 8.º Ponto em conjunto com o 7.º Ponto, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º Ponto.
177. O **Membro José Leitão** afirma que já no ano anterior não constava o nome da Presidente da Junta no respetivo contrato e este ano continua sem constar.
178. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que se trata ainda de uma minuta, depois no contrato irá constar o nome da Presidente, tal como aconteceu no ano anterior.

179. O **Membro José Leitão** afirma que o documento que vem à Assembleia Municipal, não deve ter omissões e sem qualquer tipo de alteração futura.
180. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 8.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU) **aprovar o contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Vendas Novas.**

9.º Ponto – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA AMGAP PARA 2017

181. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, informando que o mesmo é apenas para tomada de conhecimento, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
182. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que o referido ponto faz parte da Lei, pois a Câmara Municipal tem de trazer para tomada de conhecimento da Assembleia Municipal, aqueles que são os documentos previsionais das instituições em que a Câmara Municipal tem participação.
183. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

10.º Ponto – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

184. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, informando que também é somente para tomada de conhecimento e dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.
185. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que vêm para conhecimento da Assembleia municipal, as atas das reuniões técnicas da comissão que avaliou os projetos e que deliberou validar a votação que foi feita pelos municípios de Vendas Novas.
186. Destaca a participação de praticamente 12 % da população do nosso Concelho nesta edição do Orçamento Participativo, facto que para o atual executivo é um motivo de grande orgulho.
187. Informa que a Rede de Transportes Públicos Urbanos foi o grande projeto vencedor da tipologia A, até 200.000 euros e depois da tipologia B foi o Parque de Desportos Radicais, o Programa Solidário de Esterilização de Animais, a Conclusão do Centro Convívio da Marconi, a requalificação dos Lavadores Públicos da Landeira e a Criação do Programa de Estágios Remunerados para Jovens Vendasnovenses.
188. O **Membro José Leitão** afirma que este documento também tem uma gralha, constando no mesmo a Afeiteira, em vez de Landeira.
189. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

11.º Ponto - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS AOS IDOSOS CARENCIADOS DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS

190. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 11.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
191. O **Presidente da Câmara Municipal** passa a palavra à Vice-Presidente para que apresente o presente ponto, uma vez que o mesmo está no rol de competências da própria.
192. A **Vice-Presidente, Ana Barros**, saúda todos os presentes e informa que a presente proposta de alteração teve a ver com o facto de o executivo, logo na sua primeira intervenção nesta medida, ter constatado que o regulamento tinha sido aprovado com uma duração referente ao ano civil, onde devia constar período de um ano de validade, dando às pessoas o prazo de um ano para gastarem o plafond que lhes foi atribuído para despesa de farmácia.

193. Afirma que, o que é proposto na presente sessão e já foi aprovado em reunião da Câmara Municipal, é a medida para comparticipação dos medicamentos aos idosos mais carenciados vigorar durante um ano em vez de ser apenas até ao final do ano civil, porque se essa alteração não fosse feita chegava-se ao final de 2016 e as pessoas não conseguiriam gastar o seu plafond e teria de ser feito novo procedimento.
194. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 11.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados do Concelho de Vendas Novas, dispensando a respetiva consulta pública, nas condições propostas pela Câmara Municipal.**

12.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

195. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 12.º ponto da ordem de trabalhos, dando, uma vez mais, a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a respetiva introdução.
196. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que, comparativamente com a última Assembleia e em relação às dívidas aos fornecedores, houve uma série de investimentos que fizeram aumentar um pouco a referida dívida, mas de forma controlada.
197. Refere que, neste momento, existem mais 75.000 euros de faturas registadas face à última Assembleia Municipal, sendo um valor justificado em parte com os 55.000 euros da requalificação do polidesportivo, que lhe parece que já estará pago, tendo em conta que esta informação fechou no último dia útil de outubro.
198. Em termos de prazos de pagamento, informa que a Câmara Municipal está a pagar a 30 dias à maioria dos seus fornecedores, tirando aqueles que não apresentam os documentos de habilitação de pagamentos, sendo esse um dos casos, havendo 729 euros por pagar com mais de 60 dias, porque o fornecedor não entrega a declaração de não dívida às Finanças ou à Segurança Social e a Câmara Municipal não pode pagar sem os referidos documentos.
199. A 30 dias informa que estão por pagar 19.000 euros e a menos de 30 dias existem por pagar quase 200.000 euros e o restante são o acordo de pagamentos com as Águas Públicas do Alentejo, que dará os 750.000 euros de dívidas de curto prazo que a Câmara Municipal tinha no final do mês de outubro, sendo um valor substancialmente inferior ao que existia no início do mandato, que ultrapassava os 2 milhões de euros, afirmando que a previsão que o executivo tem é de chegar ao final do ano com cerca de 500.000 euros porque ainda falta pagar uma grande fatura do acordo das Águas e mais uma série de coisas de algum montante que já se encontram registadas nos presentes documentos.
200. Em relação à Atividade Municipal passa a palavra aos restantes Vereadores, que têm as suas áreas de atuação, para que estes possam apresentar aquilo que foi o destaque do trabalho que fizeram no acompanhamento das mesmas, passando em primeiro lugar a palavra ao Vereador Joaquim Soeiro, que tem a parte operacional da gestão de economato, com combustíveis, comunicações, que são áreas de grande volume financeiro.
201. O **Vereador Joaquim Soeiro** saúda todos os presentes e refere que, em relação aos combustíveis, tem sido feito pelos serviços da Câmara Municipal um apanhado, porque para que se consiga ter um orçamento sério e honesto e que seja dedicado para servir as pessoas, que é objetivo do atual executivo e para tal tem de se controlar sobretudo a despesa e nesse sentido, o atual executivo PS/PSD desde o primeiro dia que começou a trabalhar na Câmara Municipal, tem tentado, em várias áreas, economizar o máximo possível, sem por em causa a prestação dos serviços que a autarquia tem de dar à população.
202. A título de exemplo, informa que em 2009 a Câmara Municipal tinha gasto cerca de 178.000 litros de combustíveis e atualmente em 2016 vai com 96.000 litros, mostrando um gráfico que é bem elucidativo do esforço que tem sido feito, não só pela gestão da Câmara Municipal, mas sobretudo com toda a colaboração dos trabalhadores desta autarquia.

203. Se olharmos para a média mensal de combustíveis, adianta que em 2009 a média mensal era de cerca de 14.000 litros e este ano a média mensal está nos 9.600 litros, dados que são mais facilmente vistos nos gráficos que mostra.
204. Refere ainda que tem havido um maior cuidado com a manutenção das viaturas, daí a ser possível esta redução de uso dos combustíveis, mas ao mesmo tempo o executivo tem feito uma melhor otimização das rotas das 15 viaturas da Câmara Municipal que têm gps e que serve sobretudo para fazer a referida otimização.
205. Afirma ainda que, se for feito um gráfico comparativo do último executivo que a Câmara Municipal teve, em que a média mensal de combustíveis foi de 11.900 litros e atualmente a média mensal é de 9.900 litros, sendo que as máquinas são quase as mesmas, tendo o atual executivo adquirido apenas uma até à presente data.
206. Em relação às comunicações, informa que tem sido feito um esforço na racionalização de todas as comunicações, rede fixa, pontos de entrega de internet e telemóveis, referindo que, em 2009, o total gasto com todas as comunicações foi de 67.000 euros, no ano de 2015 gastou 18.000 euros e este ano, dados apurados até outubro, foram gastos 12.000 euros, mostrando também um gráfico com esta evolução.
207. Para finalizar, informa que a média mensal em comunicações, do último executivo da CDU foi de 4.600 euros e a média mensal do executivo PS/PSD, até ao final do último mês, é de 1.500 euros, mostrando também esses dados no gráfico que apresenta.
208. Afirma que é deste modo que o atual executivo tem conseguido apostar mais nas pessoas, porque cada vez mais os Municípios têm de ser geridos para fazer estritamente a obra que é necessária e apostar na parte social e é isso que tem feito o atual executivo, do qual se orgulha de fazer parte e o PSD se orgulha de contribuir para o bem-estar da população de Vendas Novas, sendo que apenas reduzindo onde é possível fazê-lo é possível apostar naquilo em que os outros não conseguiram.
209. A **Vice-Presidente**, da Informação da Atividade Municipal, destaca 3 questões relativas a 3 áreas sobre as quais incide mais diretamente o seu trabalho, nomeadamente a educação, destacando a adesão da Câmara Municipal ao programa “Cidades Amigas das Crianças”, um programa da Unicef, que responsabiliza os Municípios pela criação de um plano de ação vocacionado para as crianças e para os seus direitos.
210. Informa que o Município está neste momento em fase de construção do referido plano de ação e que, nomeadamente, no Dia Europeu da Mobilidade promoveu uma iniciativa, que já irá ser incluída no referido programa, em que solicitou a todos os alunos do 4.º ano que identificassem o que gostariam de ver melhorado na rua onde moram, por exemplo, passadeiras, buracos na rua ou nos passeios, o tamanho do passeio, ou outros, tendo o executivo começado a fazer esta reflexão e neste momento o plano de ação que está a ser construído vai muito ao encontro destes aspetos práticos, mas que são tão importantes no dia-a-dia das crianças e das famílias.
211. Na parte da cultura, o seu destaque vai para as Festas do Concelho de 2016, pois considera que foi o momento cultural mais gratificante neste executivo, tendo sido agradável verificar que as pessoas ficaram satisfeitas e aderiram e que as ruas estavam cheias de gente e houve um feedback positivo, o que nem sempre é possível, dadas todas as questões que têm de ser resolvidas numa autarquia.
212. No que diz respeito ao desenvolvimento social, destaca a comparticipação dos medicamentos aos idosos mais carenciados, uma medida nova a que o executivo se propôs desde o início, informando que neste momento já se encontra no terreno, com o apoio das Juntas de Freguesia, sendo também uma medida vencedora do Orçamento Participativo.
213. Afirma que, pessoalmente, esta medida também foi muito gratificante, porque de facto há situações de carência gravíssimas e desta forma, poderá ser “uma gota no oceano”, mas o executivo consegue ajudar as pessoas.
214. Das suas áreas, a **Vereadora Elsa Caeiro** destaca as candidaturas ao “Portugal 2020”, nomeadamente o acompanhamento da candidatura de requalificação do antigo mercado, a requalificação da entrada nascente e a candidatura da eficiência energética nas Piscinas Municipais.

215. Destaca também todo o acompanhamento do processo do Viveiro de Empresas, a criação do regulamento já tinha sido apresentado anteriormente, mas agora tem sido a implementação do Viveiro, a aprovação da marca “Start-up Alentejo” e a candidatura desse Viveiro para a acreditação como entidade prestadora de serviços de incubação.
216. Informa que esta candidatura é muito importante, porque assim permite que o Município integre a Rede Nacional de Entidades Acreditadas e quando as empresas se pretendem candidatar aos vales incubação têm de estar incubadas nestes viveiros acreditados, tornando-se uma mais-valia para o Município, destacando também o desenvolvimento do plano de comunicação do referido Viveiro, que está a ser desenvolvido.
217. Noutras áreas, destaca as diversas atividades de dinamização do Mercado Municipal, referindo que com a alteração que se verificou ao regulamento do referido mercado já é permitida a ocupação das bancas de forma diária ou à semana, o que conseguiu movimentar um pouco mais o mercado e fazer com que mais pessoas fossem ao mesmo com o propósito de vender os seus produtos.
218. Destaca ainda, a integração na candidatura da grande rota do Montado, tratando-se de um projeto da CIMAC, o qual o Município de Vendas Novas integrou estando a definir a rota.
219. Para além do que já referiu, destaca também o desenvolvimento dos diversos projetos de mobilidade urbana e requalificação urbana, que serão implementados nos próximos anos e alguns o executivo tentará candidatar ainda este ano.
220. A nível das empresas e da dinamização económica, informa que têm sido feitas diversas sessões de divulgação dos Fundos Comunitários, sessões essas muito focadas para áreas diversificadas, de modo a facilitar o acesso dos empresários do Concelho aos mesmos.
221. Na área do planeamento, destaca os trabalhos de desenvolvimento do plano de urbanização, que também visam adequar a estratégia de desenvolvimento do Município e implementar, nas políticas de ordenamento do território, a estratégia já definida no PEDU e informa que também foi dado início ao processo de revisão da REN, Reserva Ecológica Nacional, que servirá de base não só para o plano de urbanização do Município, como para futura revisão do PDM.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

222. Interveio o **Sr. José Lopes Viseu**, saudando os presentes e referindo que a zona da Boavista está muito mal tratada e que o Presidente se deve ter esquecido daquele sítio.
223. Refere que naquela zona existem 5 bancos para as pessoas se sentarem à sombra de umas árvores que estão em frente ao Café “A Chaminé” e ao supermercado da Fernadinha, como é conhecido, perguntando há quanto tempo é que o Presidente não passa por lá para ver o estado dos referidos bancos.
224. Afirma que naquelas árvores pernoitam milhares de pardais e sujam os referidos bancos com os seus dejetos e o único banco em que as pessoas se podem sentar é o último, em frente ao Café O Silva, considerando que o Presidente deveria lá passar para constatar o que acabou de referir e o problema deveria ser resolvido.
225. Informa que o passeio que fica em frentes aos cafés que referiu é muito estreito, com pedras muito escorregadias e do outro lado o passeio é muito largo onde as pessoas menos andam e aquela zona é frequentada diariamente por centenas de pessoas e que têm muita dificuldade em circular, nomeadamente uma pessoa que vá de muletas ou de cadeira de rodas que não consegue circular no passeio, porque o mesmo tem cerca de 50 cm de largura, pelo que sugere que o parque se encoste mais aos bancos, cerca de 50 cm e que o outro passeio seja acrescentado.
226. Relativamente à iluminação daquela zona, informa que esta também não está nada bem, ao contrário da zona ajardinada que é um pouco mais abaixo, cuja iluminação até está exagerada, considerando que se deveria até tirar alguma e aproveitá-la para outro local.

227. Ainda em relação à energia, afirma que muitos sítios em Vendas Novas que estão mal iluminados, que só é possível ter noção passando nas referidas zonas a pé.
228. No entanto, não é muito bom circular a pé em Vendas Novas pois os passeios são muito estreitos e as pedras são muito ásperas, tem de se andar com sapatos muito cómodos e mesmo assim tem-se dificuldade, talvez por isso a maioria das terras tenha optado por utilizar lajes em cimento e em Vendas Novas poderia ser tomada a mesma opção, mesmo que não fosse tudo no mesmo ano, ou então utilizar os chamados “is”, como foi feito na rua em que reside, a Rua Fernando Lopes Graça.
229. Considera que nas ruas de sentido único, em que os passeios são muito estreitos, deveria ser eliminado um dos passeios e alargado o outro para facilitar a circulação dos peões.
230. No centro da Cidade, na Avenida da República desde os táxis até à Rua São João de Deus, afirma que há uma coisa que não está nada bem, é o facto de existirem muitos obstáculos em cima do passeio, dificultando a circulação das pessoas, fazendo até lembrar Fátima, em que numa altura as pessoas tinham de circular pela estrada porque os passeios estavam repletos de coisas, até que a Câmara de Fátima teve de intervir e proibir que as coisas fossem colocadas nos passeios.
231. Interveio o **Sr. Franquelim Ferreira** perguntando quando é que arranca o projeto de reparação da Rua Carlos Pacheco.
232. Em resposta às questões colocadas pelo Sr. José Lopes Viseu, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que, de facto, a zona da Boavista apresenta problemas estruturais há já vários anos.
233. Refere que a referida zona está ligada ao ex-libris principal da cidade, as bifanas, havendo ali uma série de problemas que se arrastam há algumas décadas, informando que, da parte da Câmara Municipal e do atual executivo que só pode responder pelos últimos 3 anos, já algumas coisas foram feitas no sentido de, no futuro, resolver aquele problema de forma definitiva, não se tratando de uma zona fácil por vários motivos, primeiro tem todas as limitações legais por ser atravessada por uma estrada nacional e internacional, em que não é fácil mexer nem sequer nos passeios, nos jardins, nem nos estacionamento, porque a Câmara Municipal não tem autorização, nem competência para o fazer, sendo que o espaço limítrofe é circunscrito à atividade e atuação das antigas Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal.
234. No entanto, informa que está previsto e para candidatar em 2018, uma intervenção de fundo naquele espaço, referindo que só poderá ser em 2018 porque em primeiro lugar é necessário criar ali uma bolsa de estacionamento real, havendo uma série de terrenos com os quais a Câmara Municipal poderá contar, casos os proprietários os venham a ceder ou caso haja um processo de expropriação, que leva tempo a conduzir.
235. Afirma que é um cliente habitual daquela zona e conhece bem os problemas que existem na mesma e está prevista a resolução do estacionamento para depois ser resolvido o problema de paisagismo e mobilidade, que foram os principais problemas que foram referidos pelo Sr. José Viseu.
236. Informa que para aquela zona, o executivo prevê abolir o estacionamento junto à referida zona dos bancos e criar aí uma zona de esplanadas, ampla, bonita, requalificada, que permita que as pessoas possam estar descansadas, sobretudo no verão.
237. Agradece que caso o município tenha uma solução para os dejetos dos pássaros, a faça chegar à Câmara Municipal, pois o executivo não está a ver como poderá resolver esse problema, que já existe há tantos anos, apenas irá tentar fazer para já uma intervenção de manutenção e depois faria uma intervenção mais de fundo.
238. Em relação à questão da entrada poente e das luminárias, concorda com o que foi dito, pois o executivo teve o cuidado de contar e existem mais de 100 luminárias naquela zona, que deve ser a zona de Vendas Novas com mais iluminação, enquanto que há outras zonas a precisar muito e na presente sessão já frisou vários sítios onde se irá intervencionar a iluminação, nomeadamente a Rua São João de Deus, que é péssima do ponto de vista de iluminação e que até ao final do ano ficará já com uma requalificação da iluminação lá existente, para que permita ter candeeiros duplos da parte dos prédios e iluminar toda aquela zona que não está iluminada.

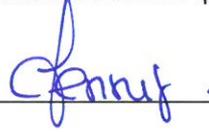


239. Informa que em muitos outros sítios estão previstas intervenções de reforço de iluminação, que é uma coisa que vai sendo feita regularmente e apenas não é feito com a rapidez que se pretendia fazer porque não há dinheiro para o fazer e porque também é necessário aguardar os pareceres da EDP, que por vezes levam meses a chegar, designadamente no caso da Rua São João de Deus, cujo processo já dura há 10 meses.
240. Informa que, para além das referidas intervenções serem caras, o executivo a fazer essa intervenção irá sempre fazê-la recorrendo aos leds, porque é a tecnologia mais de ponta, com mais eficiência energética e também que permite reduzir os consumos da Câmara Municipal, bem como a sua “pegada ecológica”, afirmando que daqui para a frente os leds serão sempre usados e a própria EDP vai avançar com um plano de substituição de luminárias para leds.
241. Relativamente aos passeios e à mobilidade, informa que o executivo tem uma série de projetos, que já foram abordados na presente sessão, na área da mobilidade, porque reconhece e sempre identificou que existia um problema, tendo constatado, quando chegou à Câmara Municipal, que Vendas Novas é a terra onde as pessoas andam na estrada, porque se usou o chamado “granito tosco”, que está nos passeios, com muitos bicos e completamente disforme e que precisa de intervenção, pelo que a Câmara Municipal tem intervenções no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que será financiado por Fundos Comunitários, nas principais ruas do centro, que terão início em 2017 e se estenderão até 2022.
242. Afirma que até 2022, irão ser feitas intervenções na Rua Capitão Janeiro Santana, na Rua Almirante Gago Coutinho e na Rua Craveiro Lopes, ou seja estão previstas uma série de intervenções nas principais ruas da cidade, informando que neste momento é somente utilizado um material, que é o chamado “pavê”, que é um material de cimento parecido com os “is”, mas retangular, que ainda é mais confortável, é fácil de substituir em caso de se estragar e se verificar todos os novos passeios que têm sido feitos, são com este material, convidando a visitar o jardim do Bairro 1.º de Maio, em todos os seus passeios são em “pavê”, porque é mais confortável, promove uma mobilidade mais suave e mais sustentada e maior conforto para as populações.
243. No que diz respeito à Avenida da República e aos obstáculos, como por exemplo as flores das floristas, afirma que essa Avenida não é muito problemática, sendo até das melhores, porque tem um corredor central, que serve de passeio em vez de servir para as bicicletas, pelo que existe o passeio de calçada granítica junto ao comércio, que está a ser usado e que de alguma forma também dinamiza o comércio tradicional de uma forma diferente, expondo o que as lojas têm de melhor para mostrar, sendo típico das maiores cidades europeias que o fazem de uma forma muito fácil, pelo que não entende isso mal, naquela que é uma das artérias que tem até alguma mobilidade mais facilitada.
244. Em relação à questão colocada pelo Sr. Franquelim Ferreira sobre a Rua Carlos Pacheco, que é uma das obras mais emblemáticas que o executivo tinha no orçamento para o presente ano, informa que neste momento se está no prazo legal de reclamação das empresas que concorreram ao concurso.
245. Refere que foi lançado um concurso público, o projeto começou a ser feito em maio, tendo sido muito moroso porque teve de ser feito o levantamento topográfico completo à rua, informando que há dois problemas que a rua tem, que são os maiores, tem a ver com as duas linhas de água que atravessam em dois pontos a rua que se encontra agora em terra batida.
246. Refere que o projeto está concluído, foi lançado o concurso público, já tem empresa vencedora, mas neste momento decorre o prazo de audiência dos interessados, que são 5 dias uteis, que começa na segunda-feira e termina sexta-feira e a adjudicação formal e o arranque da obra, irá à próxima reunião da Câmara Municipal, que é na terça-feira da próxima semana.
247. Informa que ainda no corrente ano, previsivelmente dentro de 2 semanas, começará a obra de requalificação da Rua Carlos Pacheco, primeiro com a mobilização de terras, com a recuperação das duas linhas de água e depois a parte final, a pavimentação, já será no próximo ano, prevendo-se que termine em final de janeiro do próximo ano.
248. Refere que esta é possivelmente, a maior obra de engenharia que o executivo já teve para fazer e que não é tão fácil como se pensava, pois a previsão orçamental que havia para a fazer era de 200.000 euros, o concurso foi

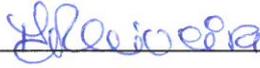
lançado 225.000 euros, mais o projeto que custou mais uns bons mil euros, pelo que está a ir acima do que era o valor previsto, porque tem especificidades que tiveram de ser bem tratadas, nomeadamente do ponto de vista de engenharia, para que no futuro não traga problemas.

249. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 18 horas e 30 minutos, do dia 19 de novembro de 2016.

A Presidente da Assembleia: _____



A 1.ª Secretária: _____



Anexos



Moção

“Programa de Estágios Remunerados para Jovens Vendasnovenses: Investir na Juventude III”

Com os resultados da edição de 2016 do Orçamento Participativo Município de Vendas Novas (resultados presentes em anexo), os Vendasnovenses reconheceram o investimento na juventude uma prioridade, ao elegerem como um dos vencedores da categoria B, o projeto B11 - Criação de um programa de estágios remunerados para jovens Vendasnovenses.

Como já defendido pelo representante desta bancada em sede de Conselho Municipal de Juventude, consideramos que os dados relativos à adesão dos jovens no programa Academias de Verão se deve à necessidade destes, durante a época de verão, necessitarem de trabalhar para ganhar e juntar algum dinheiro. Desta forma, deve ser do compromisso e esforço desta Assembleia que nenhum jovem seja impedido de investir na sua formação por necessidades financeiras.

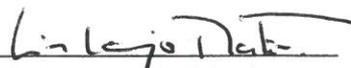
Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 19 de Novembro de 2016, propõe à Câmara Municipal de Vendas Novas que:

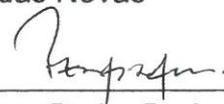
- Fixe um número máximo de participantes por edição no programa Academias de Verão, de forma a conseguir aferir-se o investimento necessário por parte do município;
- Desenhe uma bolsa que acompanhe o estágio no projeto Academias de Verão, para que o jovem não seja penalizado em apostar na sua formação;
- Fixe com um período de antecedência de pelo menos 2 meses as áreas nas quais o programa pode abrir;
- Desenvolva uma estratégia de comunicação sobre o projeto Academias de Verão pelo menos desde Abril de 2017.

É do entender desta Assembleia que a criação de uma bolsa que acompanhe o projeto Academias de Verão não inviabilizará outras iniciativas que o município pode querer seguir na verba dirigida ao projeto B11. Consideramos que este é um novo investimento na Juventude, que trará a médio-longo-prazo benefícios ao nosso concelho, e que o encaminhará na inversão das trajetórias migratórias e demográficas que temos vivenciado.

Vendas Novas, 19 de Novembro de 2016

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

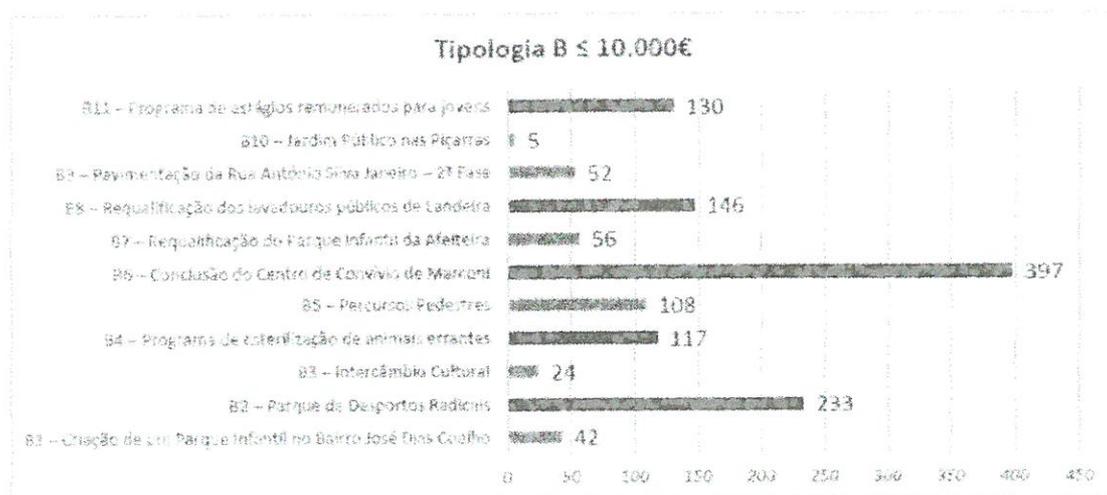
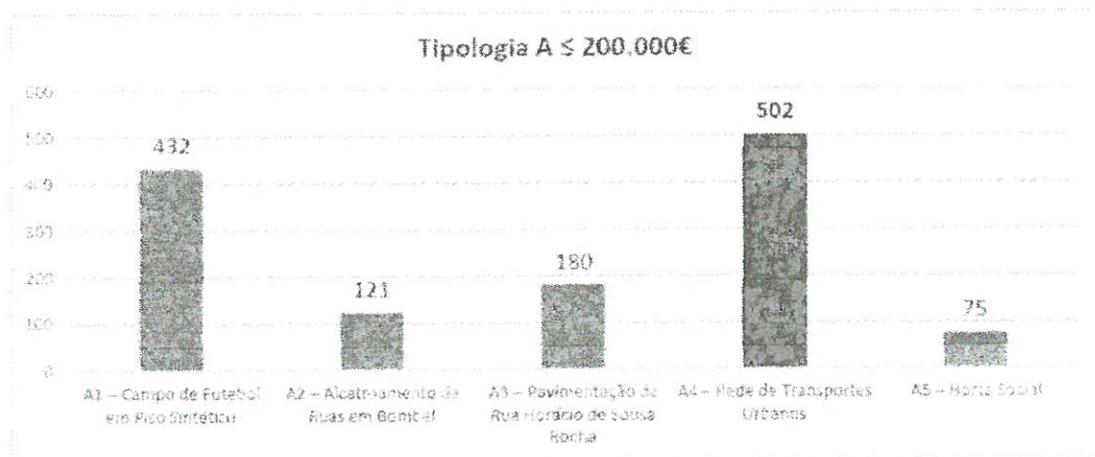

Luis Laranjo Matias


Pedro Barbas

Se aprovada em período de votação, publique-se nos órgãos de comunicação social locais para conhecimento da população.

Anexo I

Projetos vencedores da edição do Orçamento Participativo de 2016, da Câmara Municipal de Vendas Novas.



Fonte: site da Câmara Municipal de Vendas Novas.

Moção

“Um Município pelos Jovens”

Os dados demográficos sobre o concelho de Vendas Novas estão a tornar-se assustadores. Segundo dados do portal PORDATA, entre 2001 e 2014, o número de idosos por cada 100 jovens subiu de 150,7 para 203,5 (dados presentes em Anexo). Ou seja, por cada jovem em 2014 residente no concelho de Vendas Novas existem agora dois idosos.

Esta é uma situação de óbvia insustentabilidade, pelo que os decisores públicos devem tomar medidas proativas para a sua resolução. Desde 2013, da tomada de posse dos atuais órgãos autárquicos, muitas medidas importantes têm sido tomadas para tornar Vendas Novas mais jovem. No entanto, como os dados o demonstram, ainda há muito para fazer, pois Vendas Novas só poderá crescer com mais juventude, mais famílias e mais crianças. Se não se atingir esse patamar, infelizmente o concelho incorre na possibilidade de caminhar para a estagnação.

Desta forma, consideramos que Vendas Novas deve ter uma qualidade de vida ímpar e deve promover medidas que capacitem os jovens a poderem aqui estabelecer-se, e tenham reunidas as condições para uma vida com qualidade. O desafio do emprego qualificado e de uma oferta diversificada de serviços e atividades pode estabelecer o caminho.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 19 de Novembro de 2016, propõe à Câmara Municipal que:

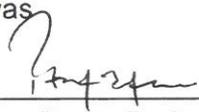
- Aposte no incentivo e atração de investimento privado para o nosso concelho, através do estabelecimento de empresas e serviços, que promovam emprego e desenvolvimento económico, nem que para isso seja necessário explorar benefícios fiscais às empresas dentro do quadro legal aplicável;
- Desenvolva um projeto de promoção e divulgação do município de Vendas Novas como local ótimo para trabalhar, viver e desfrutar;
- Continue a apostar numa oferta cultural diversificada e consistente, de modo a que os munícipes possam usufruir dessas atividades de lazer no nosso concelho;
- Continue a investir no programa “Nascer Cá!” aumentando as suas valências e campo de aplicabilidade.

Consideramos este conjunto de propostas importante para um município mais dedicado aos jovens, com maiores perspetivas de crescimento e futuro.

Vendas Novas, 19 de Novembro de 2016

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas


Luis Laranjo Matias

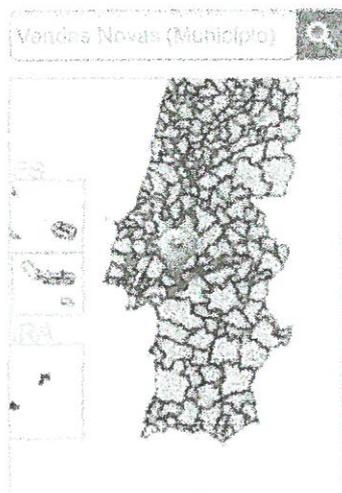

Pedro Barbas

Se aprovada em período de votação, publique-se nos órgãos de comunicação social locais para conhecimento da população.

Anexo I

Dados PORDATA relativos ao Concelho de Vendas Novas, para os anos 2001, 2011 e 2014.

BI das Regiões



Vendas Novas (Município)

	2001	2011	2014
População	11.638	11.855	11.737
Superfície em Km2	225,0	222,4	222,4
Freguesias	2	2	2
Idosos por cada 100 jovens	150,7	181,2	203,5
Famílias	4.397	4.715	-
Alojamentos familiares	5.949	Pre 6.431	Pre 6.474
% população de 15+ anos sem nível de escolaridade	22,5	14,6	-
Pensionistas da Seg. Social e CGA em % da população	-	43,3	-

Exportar  PDF  Excel

[Ver mais Dados](#)

Fonte: site PORDATA, Fundação Francisco Manuel dos Santos.